

Bancários do Pactu participaram do XII Congresso da Fetec-CUT/PR

Um clima de coletividade e o apontamento de soluções para uma crise sem precedentes, com mensagens sobre o fortalecimento e resistência para enfrentamento de grandes desafios que estão por vir, marcaram o XII Congresso Estadual da Fetec-CUT/PR, no dia 23/05. Pela primeira vez na história, o evento foi realizado através de videoconferência, transmitida via Youtube e pela página da FETEC no Facebook. Com o mote “Lutar e Resistir”, o Congresso contou com a participação de mais de 100 delegados, eleitos pelos dez sindicatos filiados à Fetec-CUT/PR, que representa 80% da categoria bancária no Paraná.

PACTU PRESENTE - Do Pactu, participaram como delegados: Wendrel Minare Vieira, Letícia Meira Utrila e Nilton Borges Carvalho (Paranavaí), Nivalda Sguissardi, Leonice Casarin de Mattos Silva e Luís Marcelo Legnani (Campo Mourão), Zelário Bremm, Diandro Marcio Bombana, Mislene Vitória da Silva Dias e Fernando Augusto Comasseto (Toledo), Wilson de Souza, Edilson José Gabriel e Sara Dieni Alves Mazuchini da Cruz (Umuarama) e Orlando Stavinski, Everaldo Gornaski Ribeiro e Franciele Marcanzoni Zukovski (Guarapuava). Com exceção de Luís Marcelo (Campo Mourão), Diandro e Mislene (Toledo) e Orlando (Guarapuava), todos os delegados foram eleitos para o próximo mandato da Federação. Entre os eleitos, destaque para os representantes do Pactu que farão parte da Diretoria Executiva: Nivalda Sguissardi, eleita coordenadora da Regional Pactu, Zelário Bremm, reeleito secretário de Bancos Públicos, e Everaldo Gornaski Ribeiro, eleito secretário de Assuntos Jurídicos.

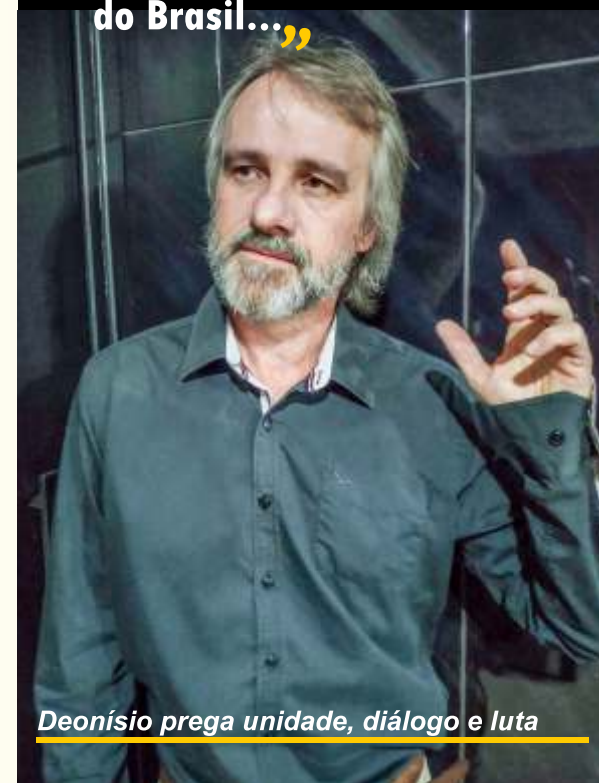
A presidenta da Contraf-CUT, Juvândia Moreira, e a secretária-geral da CUT Nacional, Carmem Foro, também prestigiaram o evento.

O Congresso teve como atribuição a eleição e posse da direção da entidade e a prestação de contas do mandato. As atividades foram complementadas com uma mesa conjuntural sob o tema “A comunicação com a categoria bancária pós-pandemia”, apresentada pela presidenta do Sindicato dos Bancários e Financeiros de São Paulo, Osasco e região, Ivone Maria Silva.

Neste ano, também foi realizada a reforma estatutária, com adaptação do Estatuto ao modelo de reuniões, Plenárias e Congressos por videoconferências. Nos últimos seis anos (dois mandatos), a Federação foi presidida pelo bancário Junior César Dias. Para o seu lugar foi eleito Deonísio Venceslau Schmidt, que encabeçou chapa única, com 72 membros, definida com muito cuidado e com integrantes capacitados para cada função, tendo em vista a conjuntura que será enfrentada nos próximos anos.

DIÁLOGO E LUTA - Ao ser empossado, Deonísio Schmidt lembrou que assume o mandato “num cenário desafiador”, mas com entusiasmo para seguir com unidade, diálogo e luta. “Estamos vivendo um dos momentos mais difíceis da história recente do Brasil. A economia que já estava estrangulada, agora com a chegada do covid-19, parou de vez. O custo recaí para os trabalhadores e para os pequenos e médios empresários. Com todos os prejuízos das Medidas Provisórias 927 e 936, entre os mais graves, estão a suspensão de contratos de trabalho e a redução salarial ou de forma compulsória ou por acordo individual, um grave ataque a organização sindical. Nós bancários através do comando nacional e da atuação dos sindicatos, com a participação da categoria, conseguimos abrandar os efeitos mais graves dessas medidas”, afirmou.

“**Estamos vivendo um dos momentos mais difíceis da história recente do Brasil...**”



Deonísio prega unidade, diálogo e luta

RISCO DE MORTE: [Página 3](#)

Bancos mudam protocolos e ameaçam a vida dos bancários

CUT ALERTA: [Página 4](#)

País exige reação da sociedade contra pressão de empresários

ELEIÇÕES DA PREVI:

Pactu apoia Chapa 1 “Previ para o associado”

Com o processo interrompido devido a pandemia do coronavírus, o calendário das Eleições Previ 2020 será retomado a partir de 22 de junho e a votação está programada para o período de 13 a 27 de julho deste ano. A Contraf-CUT, suas federações e sindicatos estão apoiando a Chapa 1 – Previ para o associado. A votação vai eleger membros para o Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal, Diretoria de Seguridade, Conselho Consultivo do Plano 1, e Conselho Consultivo do Previ Futuro.

A Chapa 1 tem como principal proposta atuar com firmeza na defesa da aposentadoria de todos os funcionários do Banco do Brasil. “Os bancários do BB sabem o que é agir com segurança. Faz mais de um século que eles começaram a construir seu fundo de pensão, garantido graças ao modelo de gestão compartilhada. E sabem que assim deve continuar”, destaca Wagner de Souza Nascimento, candidato à vaga de Diretor de Seguridade.

MP 927 pode mudar e ficar pior

Rumores de que o relator da Medida Provisória 927 na Câmara, deputado Celso Maldaner (MDB) estaria analisando a possibilidade de reintroduzir nela pontos da extinta MP do emprego verde e amarelo, causaram reação no movimento sindical. A medida foi criada pelo governo com a justificativa de enfrentar a crise do coronavírus, mas as mudanças propostas, que flexibilizam direitos, só trazem mais prejuízos aos trabalhadores. Numa audiência virtual, dia 14/05, com o relator da MP, representantes da CUT e outras centrais debateram os efeitos da medida.

O deputado Celso Maldaner ressaltou que o maior objetivo da MP 927 é dar segurança jurídica para os acordos que estão sendo feitos e disse estar muito preocupado com a queda no faturamento e na produção das empresas. A CUT rechaçou e afirmou que a maior preocupação deveria ser a defesa do emprego, da renda e da vida dos trabalhadores. A Central criticou todas as medidas provisórias criadas pelo governo nesse período. A 927, por exemplo, suspende o recolhimento do FGTS, autoriza acordos individuais entre patrão e empregado sem a presença do sindicato e flexibiliza a jornada de trabalho, regulamenta banco de horas e permite a antecipação de férias não vencidas, entre outros temas.

Para a CUT, está muito claro que a função da MP 927 é atender os empresários, colocando a conta nas costas dos trabalhadores. Uma saída para o país vencer a crise é a taxação das grandes fortunas, mas o governo não aceita discutir essa proposta. A CUT e demais centrais encaminharam um documento ao relator da MP com a posição contrária, pontuando os pontos mais críticos e sugerindo mudanças no texto-base.



Omissão da direção da Caixa e erros no sistema provocam aglomerações e facilitam a transmissão do coronavírus, colocando todos em risco

Contraf-CUT reivindica suspensão da abertura da Caixa aos sábados

Em conjunto com a Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae), a Contraf-CUT está cobrando da direção da Caixa a suspensão da abertura extraordinária e funcionamento das agências aos sábados.

A reivindicação é justificada pelas informações divulgadas pelo próprio banco, de que houve redução de filas nas agências, o que

reforça que a abertura aos sábados não se faz mais necessária.

Na visão da Contraf-CUT e dos sindicatos, ao estabelecer o trabalho aos sábados, a Caixa provoca mais desgastes aos trabalhadores. Depois de uma semana de jornada extenuante e excessiva, além do esgotamento físico e mental, ainda aumenta o risco de se contrair a Covid-19.

ITAÚ E SANTANDER

Bancários aprovam acordos em assembleias digitais

Devido à pandemia do coronavírus e a necessidade de isolamento social, pela primeira vez os bancários não precisaram se reunir em um ambiente físico para participar de assembleias que trataram de assuntos relevantes no Itaú e no Santander.

Nos dias 11 e 12 de maio, em assembleia virtual, os empregados do Itaú aprovaram o Acordo que garante a manutenção do emprego e da renda líquida e regras para

férias e banco de horas, além do compromisso de não demissão até o fim da pandemia.

Já nos dias 13 e 14 de maio, foi a vez dos funcionários do Santander aprovarem, também em assembleia digital, a renovação por dois anos do Acordo Coletivo de Trabalho, com melhorias e a possibilidade de avanços em outros pontos que serão debatidos posteriormente, como a isenção de tarifas bancárias para os funcionários.

Campanha Nacional

Bancários enfrentam um momento de grandes desafios

Neste ano, a Campanha Nacional dos Bancários acontece num ambiente diferente e bem mais complicado em relação aos anos anteriores. A pandemia do coronavírus mudou completamente a rotina dos bancários, com mais de 250 mil trabalhadores bancários no país em regime de home office devido à necessidade de isolamento social.

Essa situação exige dos sindicatos a busca por novas formas de organização dos trabalhadores. Os bancários escalados para trabalhar nas agências, mesmo em forma de rodízio, têm enfrentado uma série de dificuldades, já que alguns bancos estão adotando protocolos em desacordo ao que foi negociado com a Contraf-CUT para garantir a saúde e a vida dos trabalhadores, clientes e usuários. Numa situação em que para vencer a pandemia do coronavírus o melhor remédio é ficar em casa, as assembleias, reuniões, debates, conferências e mesas de negociações estão sendo realizadas através de videoconferências.

CONGRESSO VIRTUAL - No Paraná, a realização do XII Congresso da FETEC, dia 23/05, por videoconferência, foi precedida de realização de assembleias virtuais dos Sindicatos com os trabalhadores. “Esse período da pandemia acabou acelerando alguns processos e um deles foi justamente essa virtualização da relação entre pessoas, que já não era pequena. Não poderíamos deixar de realizar o Congresso justamente porque também precisamos nos inserir nesse novo momento e utilizar essas novas

ferramentas de organização e comunicação com os trabalhadores bancários e bancárias”, explica Junior Cesar Dias, que se despediu da presidência da FETEC, após dois mandatos.

Junior César citou como exemplos bem sucedidos os acordos com Itaú e Santander, aprovados através de assembleias virtuais. “Isso já é um prenúncio do que nós teremos daqui pra frente. Claro que passado o período de pandemia e pudermos voltar a fazer assembleias ou reuniões presenciais, a participação virtual estará acontecendo paralelamente às assembleias tradicionais”, prevê.

DEMANDAS - Além da proteção à saúde e a garantia de emprego nesse momento de pandemia, os bancários têm muitas outras demandas, como a reposição salarial com aumento real, melhorias na PLR e nos auxílios, além de pautas importantes como saúde, assédio moral, jornada e condições de trabalho, entre outras.

A diretora do Pactu em Campo Mourão, Nivalda Sguissardi, analisa que “essas são demandas que em uma situação normal os bancos se recusam a atender nossas reivindicações e que o cenário atual é de retrocesso e retirada de direitos”. Para Nivalda, a atual conjuntura política e econômica vai exigir mais união na luta e um esforço maior de toda a categoria. “Não vamos permitir perdas de direito em um cenário de crise em que só os bancos continuam registrando lucros milionários”, avisa.

BANCOS
CONTINUAM
LUCRANDO MUITO



O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) realizou levantamento que aponta que os três maiores bancos privados do país (Itaú, Bradesco e Santander) lucraram R\$ 11,5 bilhões no 1º trimestre de 2020. Juntas, estas três instituições possuem ativos de R\$ 4,4 trilhões, com alta média de 17,2% em relação a março de 2019. A pesquisa apontou que todas as despesas com seus funcionários, incluindo nessa conta a PLR, são pagas, com folga, com a receita secundária dos bancos, que é formada pela prestação de serviços e cobrança de tarifas. No entanto, essa receita representa um valor muito pequeno frente ao que os bancos arrecadam com outras transações. Portanto, os banqueiros têm gordura de sobra para queimar.

DEMISSÕES - No entanto, juntos, o Itaú, o Bradesco e o Santander demitiram 7.059 empregados nos últimos 12 meses. O Itaú é o campeão nas demissões, com 4.097 postos de trabalho fechados. No mesmo período, esses mesmos bancos fecharam 592 agências pelo país. Outra vez o Itaú ficou na frente, com 371 agências físicas fechadas e apenas uma agência digital aberta.

PANDEMIA

Caixa e Santander mudam protocolos, aumentando a ameaça por Covid-19

Bancários da Caixa e do Santander denunciam mudanças no protocolo que havia sido negociado entre a Contraf-CUT e a Fenaban, com medidas preventivas à Covid-19. Nesses dois bancos o acordo vem sendo descumprido. Conforme as denúncias, os bancos têm forçado o trabalhador, mesmo com caso confirmado de Covid-19 leve, a continuar atendendo e, além disso, não estão dispensando os trabalhadores e trabalhadoras que tiveram contato com os que se contaminaram, o que tem ameaçado a vida dos empregados, de suas famílias e da população em geral.

Na Caixa, os problemas começaram durante o pagamento da primeira parcela do Auxílio Emergencial. O banco não adotou as medidas necessárias para evitar aglomerações e a preocupação agora é que tudo pode piorar com o pagamento da segunda parcela. E vale lembrar que a Caixa paga também o Bolsa Família, o FGTS e o seguro desemprego. “Os bancos colocam o lucro acima das vidas dos trabalhadores”, critica Zelário Bremm, diretor do Pactu em Toledo. A falta de diálogo entre o governo e a direção da Caixa com o movimento sindical dificulta as negociações. Assim, a Contraf-CUT está buscando medidas judiciais e conversando com o Ministério Público para garantir o mínimo de proteção para os bancários e bancárias.

Projeto impede o governo de vender empresas públicas durante a pandemia

Na contramão de uma proposta apresentada pelo governo federal, que propôs aos governos estaduais a privatização de empresas públicas em troca de ajuda financeira para ações de enfrentamento ao coronavírus, deputados de oposição se mobilizam para evitar a venda de estatais durante a pandemia. Assinado pelo deputado Enio Verri (PT/PR) e pelas deputadas Fernanda Melchionna (Psol/RS), Joênia Wapichana (Rede/RR) e Perpétua Almeida (PCdoB/AC), o Projeto de Lei 2715/2020 já foi protocolado na Câmara. Várias empresas públicas estão na mira do governo Jair Bolsonaro (sem partido), entre elas o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. O vídeo da reunião ministerial do governo Bolsonaro revelou que o ministro da Economia, Paulo Guedes, tem pressa em vender o Banco do Brasil. O atual governo não reconhece, ou finge ignorar, a importância dos bancos públicos e de outras estatais para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. No caso do BB, principalmente para o fomento do setor agropecuário. Por isto, segundo a presidenta da Contraf-CUT, Juvandina Moreira, o Projeto que suspende as privatizações “é muito bem-vindo”. Ao justificar a proposta, os deputados lembram que “a história nos ensina que períodos de crise são um excelente momento para quem compra e um péssimo negócio para quem vende”. Num governo ultraliberal esse período de pandemia é um prato cheio para dilapidar o que restou do patrimônio público. Enquanto em países da Europa, a resposta dos governos foi rápida e contundente com medidas para proteger investidas do capital estrangeiro sobre empresas locais, o governo brasileiro caminha na direção oposta e põe em risco nossa soberania, ao querer colocar à venda empresas estratégicas. “O patrimônio nacional corre o risco de ser vendido ao preço de bananas. Não podemos permitir que isso aconteça e, por isso, vamos lutar pela aprovação deste projeto”, avalia Wendrel Vieira Minare, diretor do Pactu em Paranaváí.

CUT alerta:

País exige reação da sociedade contra pressão de empresários



O Brasil está sem governo, sem Estado e rumando à tragédia social nesta pandemia de Covid-19. A sociedade tem de reagir para mudar esse cenário. Esse foi o diagnóstico dos presidentes da CUT e das demais centrais sindicais feito ao ministro Dias Toffoli, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), em reunião realizada no dia 19/05, por videoconferência. Eles debateram a crise sanitária, econômica e política, sob a pressão de empresários pelo fim do isolamento social.

O presidente nacional da CUT, Sérgio Nobre, destacou a preocupação do fórum das Centrais com a falta de coordenação do governo federal. “Aqui (no Brasil) tem uma pressão desenfreada por parte de setores empresariais, que leva governos estaduais e municipais

a liberar trabalho de áreas não essenciais, em um cenário oposto ao recomendado pelos protocolos mundiais de saúde ao fim do isolamento, porque o sistema de leitos hospitalares está quase em colapso, falta proteção social e a curva da pandemia está crescendo”, disse Sérgio Nobre. No início da pandemia a CUT e o fórum das centrais já alertavam para a importância de haver uma coordenação central da crise, como ocorre em todo o mundo. Toffoli disse aos sindicalistas que, há dois meses (período da pandemia), o Estado não tem conseguido coordenar as ações necessárias ao enfrentamento da Covid-19 e citou a saída dos dois ministros da Saúde como um dos indicadores dessa falta de coordenação por parte do Palácio do Planalto. A reunião com Toffoli foi um pedido do fórum das centrais. “Pedimos essa conversa em resposta à iniciativa de 15 empresários que, escoltados pelo presidente Bolsonaro e o ministro Paulo Guedes, foram em caminhada do Palácio do Planalto ao Supremo com objetivo de pressionar o STF a afrouxar a política de isolamento”, explicou o presidente da CUT.

Sérgio Nobre afirmou que o Poder Judiciário precisa interferir nesse processo, sob pena da sociedade cobrar a responsabilidade por isso. “Além de o Brasil estar perdendo vidas, a economia está sendo empurrada para a maior crise da história”, avalia.

Vazamento de informações foi um golpe eleitoral

As denúncias feitas pelo empresário Paulo Marinho podem virar objeto de uma Comissão Parlamentar de Inquérito no Congresso Nacional. Deputados de oposição pediram a abertura de investigações, que podem comprovar um golpe eleitoral para ajudar na eleição de Jair Bolsonaro.

Marinho revelou que entre o primeiro e o segundo turno das eleições presidenciais de 2018, um delegado, simpatizante de Bolsonaro, teria vazado informações ao então deputado estadual carioca Flavio Bolsonaro, em processo que investigava um esquema de “rachadinha” envolvendo Flavio e o próprio pai dele, então candidato a presidente, Jair Bolsonaro, que na época era deputado federal.

Segundo o Ministério Público, o esquema desviou milhões de reais da Assembleia Legislativa do RJ para a conta de Fabrício Queiroz. Este era uma espécie de tesoureiro da família Bolsonaro e que, à exemplo de dezenas de outras pessoas, era lotado no gabinete de Flavio. O então deputado estadual teria sido avisado que as investigações poderiam evidenciar Fabrício e revelar toda a operação fraudulenta. Mais: os policiais teriam segurado a operação, então sigilosa,

para que ela não ocorresse no meio do segundo turno das eleições. O delegado-informante teria aconselhado ainda Flávio a demitir Fabrício Queiroz e a filha dele, que trabalhava no gabinete de Jair Bolsonaro, em Brasília. Os dois, de fato, foram exonerados no dia 15 de outubro de 2018. O escândalo estourou e logo depois Queiroz se tornou um “foragido”.

RAMAGEM – Há uma grande possibilidade de todo o esquema ter contado com a participação do delegado Alexandre Ramagem, que Bolsonaro queria indicar para o comando da Polícia Federal. Na época, era Ramagem quem coordenava a operação intitulada Furna da Onça, que investigava o esquema. Em seguida, Ramagem se torna segurança da família Bolsonaro na campanha, chefe da Abin e depois indicado para a direção geral da PF. Para os parlamentares, as revelações de Paulo Marinho provam que as “instituições” brasileiras foram usadas para fraudar o processo eleitoral de 2018 para ajudar Jair Bolsonaro e prejudicar seu principal adversário, Fernando Haddad.